

DIREITO DO TRABALHO

Exame final – 24/01/2022

I

Considere atentamente a seguinte situação:

A PETROCHEM é uma empresa industrial do sector dos derivados de petróleo. Tem a sua sede em Lisboa, e duas fábricas – uma (A) nos subúrbios de Castelo Branco, e a outra (B) a 10 km. de Évora. Ambas as fábricas têm centrais de produção de energia que, por razões de segurança das pessoas e das instalações, não podem parar de funcionar. Gustavo, o chefe do departamento da central da fábrica A, teve em 2 de janeiro de 2021 um acidente grave no trabalho (electrocussão) e ficou incapacitado por período indeterminado. Heitor, jovem engenheiro electrotécnico admitido na PETROCHEM em 1 de outubro de 2020, para trabalhar no gabinete técnico da sede, foi chamado à presença de Ivo, administrador da PETROCHEM, que lhe transmitiu a ordem de se encarregar imediatamente da chefia daquele departamento, coordenando os quatro técnicos nele inseridos – um dos quais João estava a assegurar a transitoriamente coordenação para evitar discontinuidades de funcionamento. Ivo informou ainda Heitor de que o cargo seria desempenhado em regime de comissão de serviço, implicando para ele um ganho adicional de 500 euros, a título de “ajudas de custo”, como tal livre de descontos. A nova função obrigaria Heitor a residir em Castelo Branco, em apartamento arrendado e pago pela PETROCHEM.

emp. de utilidade pública

Perante estes dados, responda às seguintes questões:

- 1) Heitor reagiu à incumbência dada por Ivo, recusando-se a assumir o novo cargo com fundamento em que entendia não dever obediência à imposição unilateral que Ivo lhe fizera, por vários motivos. Que lhe parece? (5 valores)
- 2) Perante esta recusa, Ivo comunicou a Heitor que considerava terminada naquela data (2 de janeiro de 2021) a relação contratual da PETROCHEM com ele, por estar em curso o período experimental. No entanto, um advogado consultado por Heitor incitou-o a impugnar o despedimento. Acha que pode existir fundamento jurídico para essa acção? (3 valores)
 ↳ ilícito
↳ despedimento ilícito
- 3) Imagine que, bem ou mal, o despedimento é, realmente, declarado ilícito, por decisão transitada em julgado em 20 de Janeiro de 2022, e que Heitor recusa a reintegração, mas pretende ser indemnizado. Descreva os cálculos necessários à determinação do montante total que Heitor terá o direito de receber – se é que esse direito existe (4 valores).
- 4) Gustavo voltou ao serviço, e foi colocado na secção de apoio – em trabalho de gabinete --, em 15 de junho de 2021. No início de julho, invocando o facto de a sua mulher, empregada numa loja dos correios, ter férias marcadas para 15 desse mês, comunicou a Ivo que iria gozar os 22 dias de férias vencidos no início do ano. Dado que, nessa época, todo o pessoal da secção de apoio goza férias, Ivo recusou a pretensão de Gustavo. Este, contudo, manteve o seu propósito de acompanhar a mulher e os filhos em férias. Quem tem razão? (3 valores) 14/10

II

Desenvolva apenas um dos seguintes temas: (5 valores)

- 1) A presunção de laboralidade e a sua função na aplicação das leis do trabalho.
- 2) A disponibilidade do trabalhador no conceito legal de tempo de trabalho.
- 3) A motivação do despedimento colectivo perante a proibição constitucional dos despedimentos sem justa causa.